



Bruxelas, 8 Dezembro 2011

**Acordo da UE sobre a reforma do leite:
A reforma adoptada não resolve os problemas na origem da crise de 2009
A próxima crise europeia está anunciada**

O acordo da delegação tripartida Conselho-Parlamento-Comissão do dia 6 de Dezembro recusa-se a dotar a UE de instrumentos que permitam às produtoras e aos produtores de leite europeus ter preços estáveis, que remunerem os custos de produção e o trabalho.

As instituições europeias reconheceram o desequilíbrio na cadeia de valor e desigualdade no poder de negociação entre os/as produtores/as e a indústria.

Não obstante, não foram acordadas medidas de governança europeia que permitam manter as explorações leiteiras em todo o território europeu, bem como o emprego e o tecido económico e social que se gera em torno dessas mesmas explorações. Uma vez mais, a UE entrega à indústria o poder de impor as suas condições. É surpreendente ver as limitações colocadas à dimensão das organizações de produtores/as quando, ao mesmo tempo, existem grandes empresas do leite como a Lactalis ou grandes cooperativas e multinacionais que conseguem impor preços e condições em diversos países.

A reforma contra os/as produtores/as

Enquanto milhares de produtores/as desaparecem na UE, a produção aumenta e concentra-se em explorações cada vez mais industrializadas, muitas vezes com graves problemas de nitratos na água e no solo e degradação de qualidade. No próprio dia do acordo, a Comissão informou o Grupo Consultivo do Leite que mais de 25.000 pessoas morrem por ano na UE devido a bactérias resistentes aos antibióticos, muito utilizados nas explorações intensivas e na Medicina. Insistir neste modelo industrializado é uma ameaça para os/as produtores/as e para os cidadãos em geral.

Contratualização

A decisão sobre a contratualização está ao serviço da indústria dos lacticínios, uma vez que não a obriga a ter em conta, nos contratos, um preço que integre os custos de produção e remunere os/as produtores/as de forma justa. Além disso, não é aceitável excluir as cooperativas dos mecanismos de contratualização, uma vez que em muitos países europeus são elas que recolhem a grande parte do leite (90% na Bélgica) e, na prática, impõem condições tão agressivas para os/as produtores/as

como a indústria privada (o preço mais baixo do leite em 2009 – 0,12€/litro – registou-se numa cooperativa belga). Confundir os interesses dos/as produtores/as e das cooperativas, como faz a Copa-Cogeca, é defender muito mal os produtores.

Sem controlo da produção, o poder dos/as produtores/as não será reforçado

Sem um sistema de regulação pública da produção, que garanta uma adaptação entre a oferta e a procura, os/as produtores/as enfrentarão uma grande volatilidade de preços e a ruína de milhares de explorações. Não é aceitável que a Comissão não disponha, neste momento, de um estudo actualizado do impacto que poderá ter o fim das quotas leiteiras em 2015. A reforma dos frutos e legumes, que a Comissão gosta de citar como exemplo, mostra que o desenvolvimento de organizações de produtores, únicos beneficiários das ajudas da UE, não reforçou o poder dos produtores face à indústria e às grandes cadeias de distribuição. Este sector, sem regulação a montante dos problemas, sofre crises recorrentes e deslocaliza-se para fora da UE. A produção está em vias de desaparecer em regiões inteiras.

Valorizamos positivamente o facto de se terem alterado algumas regras da concorrência para negociar o preço do leite, e nesse sentido exigimos que se reconheça a importância do leite enquanto produto alimentar de base, que não pode ser abandonado à mercê das oscilações de mercado nem à sua substituição na indústria agro-alimentar pelo óleo de palma, prejudicial para a saúde. Entendemos que a manutenção da regulação da oferta para as A.O.P ou para as I.G.P. deve estender-se à totalidade do mercado do leite.

Transparência: Não é apenas necessária a transparência das quantidades de leite, mas também a transparência dos preços e das margens.

O dumping à exportação continua

Ao manter uma produção largamente excedentária, a UE deixa os produtores numa dependência perigosa face à procura do mercado internacional, incerta nestes tempos de crises globais. A UE prefere sacrificar milhares de explorações leiteiras na Europa e arruinar a capacidade de produção leiteira de países terceiros, exportando os seus excedentes sob a forma de leite em pó e manteiga, graças às ajudas à exportação e aos pagamentos directos. Não é economicamente sustentável vender e exportar com perdas: no entanto, é isso o que estão a fazer os produtores de leite, forçados a vender a preços abaixo dos custos de produção.

A Coordenadora Europeia Via Campesina lança um apelo aos deputados europeus e aos Ministros da Agricultura (Conselho) para que não ratifiquem este acordo e que trabalhem mecanismos que garantam preços justos e estáveis para os/as produtores/as de leite e, ao mesmo tempo, mantenham a produção leiteira sustentável e que produza alimentos de qualidade nas diferentes regiões europeias.

Contactos:

Isabel Vilalba: + 34 608905444 (ES-PT-EN)

Gérard Durand +33 680723274 (FR)

Xavier Delwarte +32 (0) 476 42 39 02 (FR-EN)

Gérard Choplin +32 (0) 473257378 (FR-EN-DE)